O PAPEL DO EDUCADOR NA INCLUSÃO SOCIAL DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EDUCATIVAS NAS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL

MARLUCE BORGES DE BRITO

RESUMO:

A inclusão social e escolar vem provocando muitas discussões e reflexões na educação brasileira. Esta revisão tem como objetivo identificar e analisar os distúrbios e as dificuldades no processo de ensino aprendizagem, e repensar a metodologia e a prática pedagógica direcionada às crianças com necessidades especiais educativas nas primeiras séries do Ensino Fundamental. O papel do professor, diante dos alunos com necessidades educacionais especiais, é colaborar com o desenvolvimento integral do aluno, respeitando as diferenças e valorizando as potencialidades de cada um; oferecer um espaço em que o aluno possa aprender e se perceber como sujeito ativo na construção do conhecimento, por meio de atividades individualizadas e também em grupo, para que haja uma cooperação entre os alunos e para que esse processo se desenvolva de forma conjunta, pois é na relação com o outro que o sujeito se constitui e se transforma; trabalhar em parceria com a equipe especializada que acompanha o aluno, dentro e/ou fora da escola, bem como com as respectivas famílias, com o intuito de ampliar as possibilidades de inclusão. O professor deve ser e estar capacitado para identificar as dificuldades de aprendizagem do aluno e apto para utilizar metodologias diferenciadas para uma educação inclusiva.

Palavras Chave: Inclusão escolar; Dificuldades de Aprendizagem; Alfabetização; Formação e Capacitação dos Professores.

ABSTRACT: Social and school inclusion has provoked many discussions and reflections in Brazilian education. This review aims to identify and analyze disorders and difficulties in the teaching-learning process, and rethink the methodology and pedagogical practice aimed at children with special educational needs in the first grades of Elementary School. The role of the teacher, when dealing with students with special educational needs, is to collaborate with the student's integral development, respecting differences and valuing each person's potential; offer a space in which the student can learn and perceive themselves as an active subject in the construction of knowledge, through individualized and group activities, so that there is cooperation between students and so that this process can develop jointly, as it is in the relationship with the other that the subject is constituted and transformed; work in partnership with the specialized team that accompanies the student, inside and/or outside the school, as well as with their respective families, with the aim of expanding the possibilities of inclusion. The teacher must be able to identify the student's learning difficulties and able to use different methodologies for inclusive education.

Keywords: School inclusion; Learning difficulties; Literacy; Teacher Training and Qualification.

1. INTRODUÇÃO

Num mundo em constante mudança e com diversidade de ideias, a educação formal tem papel fundamental na formação do homem como um sujeito autônomo e reflexivo, capaz de ser o autor da sua história. À escola cabe o desenvolvimento sociocultural do indivíduo, viabilizando a interpretação do mundo e a oportunidade de atuar na modificação do mesmo.

A inclusão social surgiu para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde o respeito à diversidade e a oportunidade de participação social de cada indivíduo torna-se uma questão de ética.

A escola, um ambiente de interação, atua na construção de valores, de atitudes e no processo de transformação da mentalidade das pessoas e do próprio portador de necessidades educativas especiais, dando-lhes condições para o desenvolvimento das habilidades acadêmicas, sociais e uma melhor preparação para a vida em comunidade.

A resposta para a transformação da escola em um ambiente inclusivo tem levado em consideração as deficiências auditivas, comunicativa e motora, fazendo adaptações na infraestrutura para garantir a acessibilidade e contratação ou capacitação de professores com conhecimento na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), mas muitas vezes despreparadas para os alunos com distúrbios neuromotores, hiperatividade, autismo ou outros transtornos de aprendizagem.

A escola deverá estar preparada para o processo de inclusão e focada nas ações que serão implementadas na efetivação desse aluno nas turmas regulares, principalmente na capacitação do professor para atender esta nova demanda escolar que antes era submetida ao ensino especializado.

A metodologia utilizada neste estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica sobre o processo de ensino-aprendizagem, a inclusão escolar e as dificuldades e distúrbios de aprendizagem. Com base nos conhecimentos adquiridos consideramos pertinente a capacitação dos educadores e professo-

res para o desenvolvimento de estratégias diversificadas para a inclusão escolar das crianças com necessidade educativa.

2. O PAPEL DO PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Santos et. al (2009) aponta que atualmente, a política educacional prioriza a educação para todos e a inclusão de alunos que, há pouco tempo, eram excluídos do sistema escolar, por portarem deficiências físicas, cognitivas ou dificuldade de aprendizagem.

As políticas de inclusão têm ressaltado que incluir as pessoas em diferentes espaços sociais, pensando em suas necessidades e realidades, seria uma forma de desenvolver suas potencialidades e compensar suas deficiências e incapacidades.

Todos os sujeitos podem desenvolver suas habilidades e competências, podem tornar-se sujeitos autônomos, capazes de autogerenciar suas próprias aprendizagens – "TODAS as crianças são capazes de aprender a ler e a escrever, e de fazê-lo com prazer..." (JOLIBERT; JACOB, 2006, p. 180). Em outras palavras, uma prática pedagógica que tenha como foco o desenvolvimento do pensamento das crianças e o seu empoderamento como alunos ativos, cria as condições necessárias para que elas assumam a responsabilidade por suas próprias aprendizagens (VICKERY, 2016).

É no início do processo de alfabetização, que na maioria das vezes, a criança apresenta as dificuldades de aprendizagem, e nesse momento o educador precisa saber como trabalhar com cada dificuldade de aprendizagem que ele encontra em sua trajetória profissional, buscando diversas estratégias, usando dinâmicas interessantes que possam garantir um avanço no desenvolvimento dessas crianças.

Conhecer seu aluno, sua realidade, sua família e respeitar suas diferenças são facilitadores que permitem ao professor distinguir entre uma dificuldade de aprendizagem real e uma dificuldade momentânea de seu aluno, relacionada ao conteúdo ou ao método aplicado, evitando que o aluno se sinta diferente ou menos capaz que os demais.

Qualquer criança que não consegue acompanhar o sistema instrucional rotineiro, desenvolvido em sala de aula, pode se sentir excluída e desenvolver sentimentos e cognições negativas sobre a escola, tais como medo, frustração, raiva, comportamentos de passividade, apatia, distanciamento dos demais colegas ou até mesmo agressão.

O professor desempenha um papel importante na identificação da dificuldade. Normalmente as crianças que apresentam dificuldades específicas no início da escolarização, embora não tenham nenhum problema neuropsiquiátrico, provavelmente são aquelas que precisarão de maior atenção. Cada uma delas precisa ser investigada e compreendida particularmente em suas dificuldades

(BARTOLOMEU, SISTO e MARIN RUEDA, 2006)

Segundo Copetti (2005) torna-se necessário orientar o aluno, a família e o professor, para que juntos, possam buscar direção para lidar com alunos/filhos, que apresentam dificuldades e/ou que fogem ao padrão, buscando a intervenção de um profissional especializado.

O diagnóstico de uma criança com dificuldade de aprendizagem, segundo Kiguel (1976), deve ser feito por uma equipe interdisciplinar envolvendo o médico da criança, um pedagogo, psicólogo, psicopedagogo, terapeuta, envolvendo também o professor e a família. Somente através de uma anamnese realizada com a família da criança, caracterizando a queixa apresentada pelo professor, fazendo um exame clínico que procure investigar possíveis disfunções neurológicas no sistema nervoso central, uma avaliação psicopedagógica que identifique o nível e as condições de aprendizagem dessa criança e de um exame psicológico objetivando analisar características pessoais, patologias, é que será possível ter a certeza e comprovar uma dificuldade de aprendizagem ou um distúrbio de aprendizagem.

Não há como definir qual o melhor método específico para ensinar uma criança que apresente dificuldades de aprendizagem. O melhor é aquele ao qual a criança mais se adapta, cabe ao professor identificá-lo utilizando, se possível, variações metodológicas dentro da sala de aula (NEPOMUCENO, BRIDI, 2010).

À escola, cabe identificar as causas e as áreas deficitárias, estimulando através de atividades e tarefas significativas, com programas reeducativos ou de reforço escolar, para a integração do aluno com dificuldades ao processo de ensino formal.

O professor precisa colocar em prática as suas habilidades docentes, sua criatividade, criatividade esta que lhe é peculiar, e desenvolver práticas mais dinâmicas, onde o aluno possa produzir, construir, criar, ter liberdade para agir e ser livre para pensar. Os educadores sabem que quando se dá oportunidade e se acredita no aluno, ele constrói coisas que podem surpreender! É graças à maneira de ser, pensar e agir de cada um que o mundo fica mais interessante (SANTOS et al, 2009).

O Council for Exceptional Children (CEC), uma organização internacional com sede nos Estados Unidos, estabelece refe-

rências para a preparação do profissional em educação especial, sendo algumas delas:

• Partir da ideia de que "todos os alunos podem aprender", valorizando as potencialidades de aprendizagem de cada um;

• Reafirmar que a aprendizagem é um processo individual, ocorrendo de maneira ativa em cada pessoa, de tal maneira que é o aluno que controla o seu processo de aprendizagem, sempre partindo do que sabe e influenciado por sua história pessoal e social;

• Desenvolver a autoestima como uma das condições de aprendizagem, uma vez que o sentimento de pertencer a um grupo social, sentindo-se útil e valorizado, possibilita o agir e o crescer com o outro;

• Estimular a autonomia dos alunos mediante a construção de sua aprendizagem;

• Avaliar permanentemente as aprendizagens;

• Avaliar o progresso de cada aluno segundo seu ritmo, do ponto de vista da evolução de suas competências ao resolver problemas de toda ordem e na participação da vida social;

• Desenvolver a cooperação entre os alunos e certas formas de ensino mútuo, pois toda pedagogia diferenciada exige cooperação ativa dos alunos e dos seus pais, diminuindo a discriminação entre eles;

• Envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho, despertando o desejo de aprender e propondo tarefas cognitivas de maneira lúdica e interessante, a partir das quais deveria ser desenvolvido no educando a capacidade de autoavaliação; inserir-se no universo cultural dos alunos (VALLE; GUEDES, 2003, p. 52-53).

2.1. ESTRATÉGIAS DIVERSIFICADAS PARA INCLUSÃO ESCOLAR

a) Práticas pedagógicas contextualizadas:

A escola deve adotar prática e métodos de ensino a partir da realidade e do contexto social e cultural do aluno.

b) Currículo acessível:

O currículo deverá ser aberto e flexível, com adequações que não tragam prejuízo acadêmico aos alunos, visando alcançar o máximo de suas potencialidades.

c) O lúdico como ferramenta pedagógica:

O jogo é um importante instrumento lúdico para a educação de crianças pois seu aspecto criativo, cooperativo, de interação e integração é um facilitador no processo de aprendizagem. Ele permite o desenvolvimento afetivo, motor, cognitivo, social, moral e a aprendizagem de conceitos.

Porém as atividades lúdicas devem ser planejadas com cuidado e responsabilidade pelo professor, para que não se torne apenas uma brincadeira.

Ensinar por meio de jogos é um caminho para o educador desenvolver aulas mais interessantes, descontraídas e dinâmicas, podendo competir em igualdade de condições com os inúmeros recursos a que o aluno tem acesso fora da escola, despertando ou estimulando sua vontade de frequentar com assiduidade a sala de aula e incentivando seu envolvimento nas atividades, sendo agente no processo de ensino e aprendizagem, já que aprende e se diverte, simultaneamente (SILVA, 2005, p. 26).

Atividades lúdicas que estimulam o desenvolvimento das várias inteligências propostas por Gardner:

• Inteligência Linguística: rimas, parlendas, trava línguas, adivinhas, fórmulas de escolha, jogos simbólicos, jogos dramáticos, músicas.

• Inteligência Lógico matemática: Bingos, quebra-cabeças, jogos da memória, tabuleiros, cartas, jogos rítmicos, jogos de alvo, mímicas, arremessos: cadeira e argola, boliche, queimada, tiro ao alvo, biroca, betes.

• Inteligência Cenestésica Corporal: imitação, dramatização, mímicas, danças, produzir objetos para brincar, jogos que envolvem habilidades motoras de locomoção, manipulação e estabilização: andar, correr saltar, arremessar, receber, quicar, chutar, rebater, equilibrar, girar, subir, puxar, carregar, circuito psicomotor.

• Inteligência Musical: as músicas de acalanto, músicas de diferentes estilos, brincadeiras de cantigas de roda, rimas, parlendas, atividades rítmicas e musicadas, mnemônicas e danças diversas.

• Inteligência Espacial ou Visual: pegadores, trabalho com corda, esconde-esconde, amarelinha, queimada normal ou em círculo, jogos de arremessos, basquete, jogos da memória, jogo de elástico, cabra-cega, atividades de desenho, pintura colagem, escultura, brincadeiras de imaginação e jogos de construção que exploram os diferentes espaços (casinha, escola, circo, sítio, floresta, cidade, fábricas, rios)

• Inteligências Pessoais: as brincadeiras de representação de papéis, jogos dramáticos, teatro, as danças, as cantigas de roda, os jogos competitivos, os jogos de inibição (estátua, stop, duro-mole, esconde-esconde) (LIMA, 2003).

d) Sala de Recursos Multifuncional Tipo I, na educação básica:

É um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino. (INSTRUÇÃO Nº 016/2011 – SEED/ SUED)

e) Participação da família no processo de ensino-aprendizagem incentivar e possibilitar o envolvimento e participação da família no processo educacional do aluno.

2.2. CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR

Para uma educação inclusiva faz-se necessários profissionais e educadores capacitados e preparados para o atendimento das necessidades educacionais de todas as crianças, com ou sem deficiência.

O artigo 208, inciso III da Constituição Federal Brasileira, trata sobre a garantia de um atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforça em seu artigo 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

[...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Apesar de a necessidade de preparação adequada dos agentes educacionais estar preconizada na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) como fator fundamental para a mudança em direção às escolas integradoras, o que tem acontecido nos cursos de formação docente, em termos gerais, é a ênfase dada aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando, por conseguinte, a capacitação necessária aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos (Rodrigues, 2003).

A formação do professor é um fator relevante para a efetivação da proposta inclusiva.

A realidade evidenciada por diversas pesquisas efetuadas em âmbito nacional mostra que os professores de uma maneira geral, não estão preparados para receber em sala de aula, alunos especiais.

Além do despreparo e a falta de conhecimentos relacionados à capacitação e formação recebida, a descrença de que alunos especiais conseguem se desenvolver e agir de forma autônoma provoca sentimentos de medo e de incapacidade do educador, ao se deparar com o ingresso em sua sala de aula de aluno com deficiência ou distúrbios de comportamento.

O despreparo deve-se ao fato de no Brasil, a formação de professores ainda seguir um modelo tradicional, onde os cursos de Licenciatura e Pedagogia são carentes em disciplinas e conteúdos para a educação inclusiva.

Por outro lado, a inserção de uma disciplina ou a preocupação com conteúdos sobre crianças com necessidades educativas especiais pode redundar em práticas exatamente contrárias aos princípios e fundamentos da educação inclusiva: a distinção abstrata entre crianças que possuam condições para se inserir no ensino regular e as que não as possuam, e a manutenção de uma escola que, através de suas práticas, tem ratificado os processos de exclusão e de marginalização de amplas parcelas da população escolar brasileira (BUENO, 1999b, p. 18).

Bueno defende a formação de dois tipos de professores:

- Os generalistas: responsáveis pelas classes regulares e com um mínimo de conhecimento e prática sobre a educação inclusiva;

- Os especialistas: educadores qualificados e habilitados em necessidades educativas especiais, responsáveis para dar suporte, orientação e capacitação aos professores do ensino regular ou para atuar diretamente com os alunos em salas de recursos. (BUENO,1999 a e 2001)

Portanto, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória, seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Para tanto, faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade brasileira (NUNES SOBRINHO; NAUJORKS, 2001).

O professor deve estar consciente que sua formação é permanente e integrada ao seu dia a dia, mantendo-se atualizado e apto para desenvolver práticas pedagógicas eficientes.

3. CONCLUSÃO

A inclusão social e escolar exige mudança de mentalidade e a valorização da diversidade humana.

Aceitar e valorizar a diversidade das classes sociais, de culturas, de estilos individuais de aprender, de habilidades, de línguas, de religiões etc., é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos.

Neste trabalho, torna-se claro que a escola e o professor são fundamentais no processo de aprendizagem e referência para o aluno com dificuldade.

À escola cabe o papel de disponibilizar um ambiente físico acessível, tecnologia assistiva (TA), contratação de professor especializado ou capacitação do professor regular e desenvolver juntamente com os educadores uma proposta pedagógica que permita o planejamento e o desenvolvimento de estratégias metodológicas com práticas contextualizadas e atividades autênticas.

O professor deve conhecer seus alunos, para que tenha condições de identificar e trabalhar as dificuldades de aprendizagem, dando ao aluno a oportunidade de se reintegrar ao processo de ensino formal.

A criança é muito dependente da opinião dos outros a respeito dela, portanto a atitude do professor em relação a ela pode repercutir e influir no seu desenvolvimento.

Uma atitude de respeito e confiança por parte do professor numa tarefa fará com que o aluno acredite em si mesmo, reduzindo a possibilidade de erro. Por outro lado, uma atitude de desconfiança em relação à capacidade do aluno, desencadeará insegurança, aumentando a possibilidade de insucesso da criança.

A formação e a capacitação do professor é um fator relevante da proposta de uma educação inclusiva.

Adaptações e flexibilizações curriculares, atividades lúdicas visando o desenvolvimento afetivo, motor e cognitivo do aluno, conhecer e respeitar as diferenças, são algumas estratégias que podem ser utilizadas para a inclusão social do aluno com dificuldade de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999a.

_____. Educação inclusiva: princípios e desafios. Revista Mediação, n. 1, p. 22-28, 1999b.

_____. A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular. In:

Temas sobre Desenvolvimento. São Paulo, v. 9, n. 54, p. 21-27, 2001.

CARVALHO, Camila Lopes de e SALERNO, Marina Brasiliano e ARAUJO, Paulo

Ferreira. A Educação Especial nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação

Brasileira; Uma Transformação em Direção à Inclusão Educacional. Horizontes – Revista de Educação, Dourados, MS, v.3, n.6, p. 34- 48, jul./dez. 2015.

DELLANI, Marcos Paulo e MORAES, Deisy N. M. Inclusão: Caminhos, Encontros e

Descobertas. Rio Grande do Sul, 2012. https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/50_1.pdf. Acesso em 19 março 2024.

FESTAS, Maria Izabel Ferraz. A aprendizagem contextualizada: análise dos seus fundamentos e práticas pedagógicas. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 3, p. 713- 728, jul./set. 2015. http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0713.pdf. Acesso em 19 março 2024.

FRANTIOZI, Silvana Aparecida. Escola inclusiva: adaptações necessárias para contemplar a diversidade. Versão Online ISBN 978-85-8015-079-7 Cadernos PDE. Volume II. PR, 2014. http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pd e/2014/2014_unicentro. Acesso em 19 março 2024.

GURGEL, Thais. Inclusão: só com aprendizagem. In: Revista Nova Escola. Editora Abril, nº 206, 2007.

JOLIBERT, Jossette. et al. Além dos muros da escola: a escrita como ponte entre alunos e comunidade. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LIMA, Jose Carlos de. O jogar e o aprender no contexto educacional: uma falsa dicotomia. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp - Presidente Prudente, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Egler; Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?

São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar noBrasil. São Paulo, 2006. Revista Brasileira de Educação. http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf. Acesso em 19 março 2024.

MENDES, Guilherme Valentim. Reflexões sobre dificuldades de aprendizagem na educação infantil e a postura do professor. Buenos Aires: EFDesportes.com, Revista Digital, 2011.

MORTATTI, Maria do Rosário L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 44 maio/ago, 2010.

NEPOMUCENO, Camila Patrícia e BRIDI, Jamile Cristina Ajud. O papel da escola e dos professores na educação de crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 9, n. 1, jul. de 2010.

NAUJORKS, M. I.; NUNES SOBRINHO, F. de P. (Orgs.). Pesquisa em Educação Especial - O desafio da qualificação.Bauru: Edusc, 2001.

PERRAUDEAU, M. Estratégias de Aprendizagem – como acompanhar os alunos na aquisição dos saberes. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educ. rev. nº 33, Curitiba 2009. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602009000100010. Acesso em 19 março 2024.

RODRIGUES, David (org.) Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. S. Paulo. Summus Editorial, 2006.

_____ A Educação e a Diferença: valores e práticas para uma Educação Inclusiva. Porto Editora, Porto, 2001

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do Surgimento da Educação Especial. REI:

Revista de Educação do Ideau, 2010. https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/1681.pdf. Acesso em 19 março 2024.

SALMERON, Prof. Marcia Cecília. Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental. São Paulo,

2013.http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2013/07/dificuldades-deaprendizagem-em-leitura_6.html. Acesso em 19 março 2024.

SANTOS, Carla Cristina Pereira, et. al. Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Revista Científica em Educação à Distância. 2009.

SASSAKI, Romeu Kazuma. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHIMER, Carolina R., FONTOURA, Denise R. e NUNES, Magda L. Distúrbios da aquisição da linguagem e da aprendizagem. Jornal da Pediatria, RJ, 2004. http://www.scielo.br/pdf/%0D/jped/v80n2s0/v80n2Sa11.pdf. Acesso em 19 março 2024.

VICKERY, Anitra. [et al.]. Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2016.